

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-SC-AS).**

2 Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às catorze horas e trinta
3 minutos, de forma híbrida (presencial e por videoconferência), realizou-se a Sexta Reunião
4 Plenária Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB AS SC) do
5 ano de 2021, foi chamada a composição da mesa os representantes do Estado de Santa
6 Catarina, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social Daniel Netto
7 Cândido de forma presencial, Sra. Luciane dos Passos, Diretora de Assistência Social de forma
8 presencial, Sra. Carolina Freitas, Gerente de Proteção Social Especial de Média Complexidade,
9 de forma virtual. Sra. Maristela Antonia dos Santos, Gerente da Proteção Social Básica, de
10 forma virtual, Sra. Marina Silva, Gerente da Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social,
11 de forma virtual. Representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Santa
12 Catarina - (Coegemas/SC): Presidente do Coegemas, Sra. Maria Cláudia Goulart da Silva, Sr.
13 Jean Pierre Ezequiel, Secretário Municipal de Lages. Sra. Ivone Salete Orso, Secretária
14 Municipal de Pinhalzinho, Sra. Bianca Bibiana Machado, Secretária Municipal de Tijucas. Sr.
15 Januário Atanásio dos Santos, Secretário Municipal de Caçador. Representantes do Conselho
16 Estadual de Assistência estão participando de forma remota, Sra. Norma Sueli de Souza
17 Carvalho, Vice-Presidente e a Conselheira Sabrina Mores. Passa-se a palavra a Sra. Máira
18 para que conduza a reunião. Sra. Máira deseja boa tarde a todos e todas e dá início a reunião
19 lembrando que será dado direito a duas falas por pauta para além da mesa, como acordado
20 anteriormente. Agradece a presença e passa a palavra para o Secretário Daniel para suas
21 considerações iniciais. O Sr. Daniel deseja boa tarde, cumprimenta os presentes, justifica a
22 ausência do Secretário Claudinei, que está em reunião em Brasília. Diz que espera construir
23 junto com os presentes a política pública de Assistência Social, a presença do Estado não tem
24 outro motivo se não este. Espera que consigam, ao final da CIB, conquistar, tirar as dúvidas e
25 construir o que almejam, se coloca à disposição. Sra. Máira passa a palavra para a Secretária
26 Maria Cláudia, Presidente do Coegemas, para suas considerações iniciais. Sra. Maria Cláudia
27 deseja boa tarde a todos e todas e passa a palavra para o Secretário Jean Pierre, anfitrião da
28 CIB em Lages, para que faça as considerações iniciais em nome do Coegemas. Sr. Jean Pierre
29 agradece a Sra. Maria Cláudia, informa da reunião que tiveram com o Secretário Claudinei,
30 reunião importante para o período, agradece a presença de todos e deseja uma boa reunião.
31 Sra. Máira passa a palavra para a Diretora Luciane dos Passos para leitura do edital. Sra.
32 Luciane deseja boa tarde a todos(as), salienta que é um prazer poder estar de forma presencial
33 após um ano e meio devido à pandemia e lê o edital. **1º. Verificação da presença e da**
34 **existência de quórum:** confirmado; **2º. Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:**
35 aprovada. **3º Apresentação, apreciação e aprovação da pauta:** São lidos os pontos de pauta,
36 Coegemas solicita que inclua-se: ponto sobre o GT da regionalização, a respeito da
37 recomposição dos Grupos de Trabalho; E ponto informando os estudos de 2019 sobre o custo
38 dos serviços da política de Assistência Social. Coegemas solicita a divulgação dos contatos dos
39 setores da SDS com nome do responsável, pois o site não está atualizado. As pautas
40 sugeridas são incluídas e a pauta das doações e a política de assistência social é passada para
41 primeiro devido a presença de convidado do Ministério da Cidadania, Sr. André Veras.
42 **Doações e a Política de Assistência Social.** Sra. Luciane dos Passos abre a pauta
43 informando que após várias reuniões sobre o tema foi feita solicitação para que a Câmara
44 Técnica realizasse um estudo, e a partir disto feito convite a SNAS para participação. Informa
45 que o Ministério da Cidadania informou que iria participar da CIB AS SC, ao invés da reunião
46 da Câmara Técnica. Sra. Máira Ribeiro deseja boa tarde, agradece a presença e apresenta o
47 convidado: André Henrique Veras, Diretor de Benefícios Assistenciais da SNAS e Conselheiro
48 do Conselho Nacional de Assistência Social e passa a palavra. Sr. André deseja boa tarde,
49 agradece o convite e a parceria com o Secretário Daniel, e cumprimenta os presentes. Diz que
50 o que os trouxe foi um pedido veiculado a respeito das doações no contexto da política de
51 assistência social, informa que está acompanhado da Coordenadora Geral de Regulação e

52 Análise Normativa, Raquel Martins. Faz uma apresentação, com slides, com objetivo de fazer a
53 aproximação da Secretaria Nacional de Assistência Social com os municípios. Informa que
54 optaram por participar da reunião da CIB para trazer as informações e que anteriormente
55 haviam realizado orientação por escrito à SDS, construída pelo Departamento de Benefícios
56 Assistenciais, Departamento de Proteção Social Especial e pelo Departamento de Gestão do
57 SUAS. Faz a apresentação da política de concessão de benefícios eventuais, com base na
58 Portaria da SNAS nº 146/2020, no Caderno de Orientações Técnicas sobre Benefícios
59 Eventuais no SUAS de 2018, a Nota Técnica Conjunta entre a SNAS e a Defesa Civil nº
60 2/2020, assim como a Portaria SNAS nº 100/2020. Afirma que é possível em momentos de
61 calamidade a possibilidade de ser ofertado doações por meio da Política de Assistência Social.
62 Sra. Máira agradece a fala e passa a palavra para Luciane, Diretora de Assistência Social. Sra.
63 Luciane agradece ao Sr. André e diz que assim como os municípios precisam de orientação
64 técnica para o Estado, os Estados precisam do Governo Federal para que possam estar mais
65 próximos e apoiar tecnicamente os municípios, e informa que a discussão está sendo feita na
66 Câmara Técnica da CIB AS SC. A Secretária Maria Cláudia agradece em nome do Coegemas
67 a disponibilidade do Sr. André, diz que o convite havia sido para participar de uma reunião da
68 Câmara Técnica para se ter maior aprofundamento sobre o tema, que há uma Orientação
69 Técnica do Estado de Santa Catarina que orienta que a entrega de doações não deve ser
70 realizado pelos equipamentos da política de Assistência Social e por isso trouxeram a
71 discussão para a CIB AS SC, pois os municípios estão impedidos de realizarem doações
72 durante a pandemia mesmo com Decreto de calamidade, cita inclusive a Rede Laço, que
73 realizou campanha e doações de cobertores durante o frio. Salaria que Santa Catarina passa
74 por situações de calamidade para além da pandemia, atuando conjuntamente com a Defesa
75 Civil, distribuindo materiais de doações nos equipamentos e que os abrigos trabalham durante
76 todo o ano arrecadando doações de diversos itens, inclusive campanhas de Natal. Aponta que
77 Florianópolis está respondendo um processo de denúncia no Ministério Público, efetuada pelos
78 servidores da prefeitura de Florianópolis baseada na Nota Técnica emitida pelo Estado, que
79 estão proibidos de entregar as cestas básicas arrecadadas nos drives de vacinação, e que são
80 numerosas, nos equipamentos desta política, nos CRAS e CREAS, hoje são entregues
81 somente nas entidades cadastradas na Somar, entidades que não fazem o cadastro e
82 acompanhamento qualificado às famílias. Informa que hoje as famílias têm sido orientadas a
83 fazer o caminho inverso, ainda que tenham o Auxílio Emergencial Municipal e benefícios
84 eventuais previstos em lei municipal as doações de cestas básicas arrecadadas nos postos de
85 vacinação eram de extrema importância. Diz que a Portaria fala uma coisa e a Nota Técnica
86 outra e portanto, os municípios ficam perdidos e impossibilitados de atuar. Expõe, a fim de
87 contextualizar, que a discussão era para ser feita em Câmara Técnica, para sair um novo
88 posicionamento da CIB AS SC em Novembro e por isso foi pedido suporte técnico do Governo
89 Federal e finaliza apontando que a dúvida dos municípios é se devem seguir a Portaria do
90 Ministério da Cidadania ou a Nota Técnica do Estado. Sra. Luciane diz que repassou a Nota
91 Técnica do Estado para Sr. André, que é baseada na Portaria nº 146/2020, em que a DIAS
92 entende a diferença entre doações e a concessão de Benefícios Eventuais. Diz que a Nota
93 Técnica foi formulada quando a questão das doações e a política de Assistência Social veio a
94 tona, momento no qual receberam denúncias na Diretoria de Assistência Social do Estado de
95 que alguns CRAS estavam realizando doações, ao ponto de sair publicações como “O CRAS é
96 minha loja”, doando roupas, misturando a execução do serviço socioassistencial com as
97 doações, e que esta foi a grande preocupação. Aponta que quando emitiram a Nota Técnica os
98 municípios trouxeram a questão das realidades locais, que devem ser respeitadas, mas que o
99 entendimento da Diretoria de Assistência Social é de que não se pode misturar as ações.
100 Salaria que o governo do estado tem o objetivo único de executar a Política de Assistência
101 Social de forma qualificada e de acordo com as legislações e não é a intenção da DIAS
102 impossibilitar a execução por parte de nenhum município, mesmo porque os gestores

103 municipais têm autonomia e sabem da realidade local. Solicita a Sr. André que, após a leitura
104 da Orientação do Estado, oriente tecnicamente, de acordo com as experiências em âmbito
105 nacional, tendo em vista os exemplos trazidos pela Secretária Maria Cláudia, pois são
106 discussões que não estão avançando. Aponta que nos primeiros momentos da pandemia não
107 sabiam como conduzir, no entanto hoje já há um protocolo, sabem da situação da fome e
108 necessidades dos usuários. Sr. André diz que a Nota Técnica elaborada pelo Estado está muito
109 bem embasada, mas a leitura da Portaria nº 146 deve ser contextualizada e talvez a orientação
110 possa ter induzido a interpretações equivocadas. Esclarece que o entendimento da Secretaria
111 Nacional, a respeito das doações é de que é possível fazê-lo, em situação de calamidade,
112 ressaltando que calamidade e emergência não se restringe a pandemia, mas também inclui
113 situações de frio, fortes ventos, fortes chuvas. Orienta que nessas situações é possível o
114 equipamento público alocar doações e o profissional atuar em conjunto, ao seu ver isso não
115 ofende a Política Nacional de Assistência Social desde que não se torne o principal serviço do
116 equipamento na calamidade, e ressalta a importância dos benefícios eventuais, que servem
117 para proteger aqueles que mais precisam durante estes momentos excepcionais. Destaca o
118 item 3.11 da Portaria nº 146/2020 e indica que a Nota Técnica, embora muito bem embasada,
119 talvez tenha pego elementos que poderiam ensejar uma contradição, sobretudo por conta das
120 referências e das redações do período eleitoral. A Coordenadora Raquel Martins complementa,
121 expondo que a equipe técnica da SNAS sempre teve grande preocupação com os temas
122 levantados pelos municípios e estados e conversam internamente com as demais áreas.
123 Informa que o tema também aparece para o Estado em demandas pontuais, recentemente
124 responderam uma dúvida do estado de Santa Catarina questionando como se daria a questão
125 das doações devido a situação de calamidade da pandemia de COVID-19. Aponta que os
126 benefícios eventuais são um tema da Política Pública de Assistência Social, previsto na LOAS
127 e contando com uma robusta Orientação Técnica de 2018, e se distingue de doações; que a
128 Portaria nº 146 foi editada em 2020 pois era um período excepcional em que muitas
129 comunidades estavam vivenciando um momento de crise, havia movimentos da sociedade civil
130 trazendo doações, e viram a necessidade de deixar claro o que era doação e o que era
131 benefício eventual. Destaca que a doação na esfera da assistência social é um tema complexo
132 do ponto de vista histórico, sabem dos problemas que esse aspecto trouxe no passado, que a
133 Política Pública não prevê doação, mas em situações de calamidade e emergência as doações
134 existem, acontecem, e reforça que o trazido nos regulamentos é que a Política de Assistência
135 Social poderia eventualmente se envolver na oferta e distribuição conforme as características
136 locais, pois muitas vezes casas podem ser destruídos em situações de calamidade, restando
137 apenas equipamentos da assistência social resguardados. Indica que o tema também é da
138 Defesa Civil e que esta tem trabalhado para emitir uma orientação técnica em âmbito Federal.
139 Ressalta a importância de resguardar os profissionais e equipamentos dos serviços de
140 assistência social, o equipamento não deve parar e operar apenas com doações, em situações
141 específicas poderia contribuir, de preferência, com outras equipes. Diz que na situação de
142 calamidade da pandemia, que se estende, que o gestor deve pensar sobre isso, mas não pode
143 deixar um equipamento durante meses ofertando doação, que é possível utilizar a rede privada,
144 entendendo os arranjos e necessidades locais e finaliza, colocando a SNAS à disposição. Sra.
145 Luciane agradece e passa a palavra a Sra. Juliana, integrante da Câmara Técnica da CIB e
146 representante da SDS SC. Sra. Juliana agradece as falas, saúda a mesa, e expõe a dúvida da
147 Câmara Técnica, onde não houve consenso. O entendimento da representação da SDS SC é
148 de que vivemos uma situação de calamidade, porém em um primeiro momento foi necessário
149 reunir esforços para atender a população, mas que agora, entendem que este momento já
150 passou. Os municípios estão criando fluxos de atendimento e retornando suas atividades. O
151 entendimento de colegas dos municípios é que pelo Decreto de Calamidade Pública se
152 estenderia a orientação de acordo com a Portaria nº 146. Diz que remeteram, internamente, um
153 Ofício para o Departamento e este orientou que seriam medidas de um primeiro momento,

154 então estavam conscientes de estarem dando as orientações corretas, de acordo com o que a
155 SNAS orientou previamente. Questiona se Sr. André entende que estão vivendo ainda este
156 momento de primeiro esforço, destacando que o território é que avalia, mas este é o ponto de
157 conflito, pois há o Decreto Estadual de calamidade até 31/12, ao mesmo tempo em que os
158 municípios já estão retomando sua rotina. Solicitaram esclarecimentos do Departamento para
159 fazerem uma Orientação ajustada, conjuntamente Estado e municípios, pois havia falta de
160 alinhamento. Sr. André aponta que é difícil enquanto governo Federal dizer o que está
161 acontecendo no cotidiano dos territórios, mas que a informação do Decreto de Calamidade
162 Pública o conduz, no momento, a entender que persiste o momento excepcional, destacando
163 as situações para além da pandemia, como a seca ou geada em alguns municípios. Pede que
164 questionem formalmente, para que a SNAS possa opinar de forma clara e que dê segurança no
165 atendimento. Sra. Juliana informa que fizeram o questionamento por email, e tiveram a
166 resposta “de que no primeiro momento poderia ser realizado as doações, mas com
167 planejamento de ações de retorno das atividades de rotina, tais doações não seriam mais
168 necessárias no âmbito dos serviços da política de Assistência Social. Sra. Raquel reafirma que
169 deve ser analisada a situação do estado, das regiões, dos municípios, e que o retorno gradativo
170 é importante, mas os serviços devem se estabilizar. Fala da Portaria nº 100, que trata da
171 importância e estruturação dos equipamentos e serviços durante a pandemia. Sra. Luciane diz
172 que não entenderam o que a colega falou, quando se manifestaram, [falha no som], e que
173 agora irão discutir em grupo na Câmara Técnica com base nos elementos trazidos. Pede que
174 tirem a máscara, se possível, para que possam entender melhor. Sr. André coloca novamente a
175 SNAS à disposição do estado e dos municípios e reafirma que estão ali para tirar dúvidas, de
176 forma clara, que possam surgir em relação aos documentos. Sra. Maria Cláudia diz que vem
177 sendo discutida, nas reuniões do Coegemas, a importância da CIB ser uma instância de
178 pactuação da Política de Assistência Social e não somente discussão. Tendo isso em vista,
179 propõe a imediata revogação da Nota Técnica, e se caso necessário, a publicação de uma
180 nova Nota Técnica após ampla discussão. Sra. Luciane dos Passos pergunta as
181 representantes da SDS se tem alguma manifestação a fazer antes que se defina. Sra. Juliana
182 aponta que farão uma revisão da orientação, mas não o cancelamento. Sra. Sabrina
183 complementa, apontando que Sr. André pontuou que a Nota Técnica está muito bem
184 embasada, a equipe que formulou a Nota tem competência técnica em relação a legislação, é
185 apenas uma questão de ajuste ao entendimento. Sra. Maria Cláudia diz que a Nota é bem
186 elaborada e escrita, com apenas um ponto em contradição com a Portaria, e não carece
187 apenas de uma alteração, pois muda tudo quando diz que eventualmente é possível realizar
188 doações e quando diz que não pode de jeito nenhum, esse é o ponto chave. Reafirma que não
189 é o caso de substituir benefícios eventuais por doações. Diz que para os técnicos da SDS pode
190 ser uma adequação de palavras, mas as famílias pararam de receber as cestas básicas a partir
191 da Nota, e cada dia que se adia estas famílias perdem. Cita o caso de Florianópolis, em que há
192 doações e o cartão. Sugere colocar em votação. Sra. Luciane diz que em momento algum
193 disseram que seria apenas uma questão de texto. Aponta que são também trabalhadores(as)
194 do SUAS, tem consciência e não estão brincando com vidas. Sabem do impacto e importância
195 dessa política, ainda que estejam em lugares de fala diferentes. Diz que a equipe técnica da
196 DIAS já atuou município e trabalhou junto com Maria Cláudia, tem conhecimento e compreende
197 a necessidade dos usuários. A questão não é de texto, mas de entendimento. O Secretário
198 Gilberto afirma que para não ficar uma colcha de retalhos, é preferível cancelar a Nota, pois a
199 Portaria do governo Federal dá conta do tema. O Secretário Jaime, do município de Indaial,
200 concorda com Maria Cláudia e reafirma o que foi dito. O Secretário adjunto Daniel diz que
201 lembra que a SDS foi abordada por diversos municípios para que desse um basta nas doações,
202 pois os CRAS estavam virando depósitos de roupas, virando vitrine, loja. Fala que a orientação
203 da DIAS se deu em função da Portaria nº 146, pela solicitação dos municípios, mas agora os
204 próprios municípios estavam solicitando a revogação. Se a Nota foi demasiado rígida, e não há

205 mais o desconforto em relação aos CRAS, que façam como a Portaria nº 146 determina. Sra.
206 Luciane questiona mais uma vez às colegas da SDS sobre a revogação solicitada pelos
207 municípios, mas não houve manifestação. Desta forma fica deliberada a revogação da Nota
208 Técnica. **Pactuação: Alteração do local da Plenária da CIB do dia 25 de novembro de Rio**
209 **do Sul para Florianópolis.** O Secretário Jean Pierre informa que solicitaram que se
210 mantivesse por Rio do Sul, pois já estavam se programando para tal. A Secretária de
211 Assistência Social de Ibirama, Fabiane, reafirma o pedido de que se mantenha em Rio do Sul,
212 dizendo que é o maior colegiado, com 28 municípios e ressaltando a importância da
213 descentralização das reuniões. Sra. Luciane questiona se há algum impeditivo em relação ao
214 encaminhamento e é aprovado que se mantenha a reunião em Rio do Sul. A Secretária Maria
215 Cláudia informa que dia 15 de outubro o Coegemas irá realizar uma agenda em Florianópolis,
216 com o Coegemas, COAS, FECAM, que a SDS será convidada. **Auxílio Emergencial SC Mais**
217 **Renda: Avaliação.** Sra. Luciane abre a pauta informando que a primeira leva de cartões foi
218 entregue 27 de julho, fizeram uma segunda leva de cartões no mês de agosto. Agradece
219 imensamente a parceria dos municípios, pois o Estado não conseguiria ter distribuído os
220 cartões aos usuários sem os municípios. Afirma que o auxílio é pioneiro e impactou
221 positivamente na vida das famílias, esse é o principal foco, e os ajustes devem ser feitos para
222 futuros benefícios, sempre respeitando a opinião e o dia a dia dos municípios. Traz as
223 seguintes informações: foram distribuídos 10371 cartões, sendo 7692 no CadÚnico e 679 do
224 Inciso II. Do segundo lote foram 444, total dos cartões ativos sendo utilizados é 6400 ao final de
225 agosto, 52 cartões devolvidos, e 81 pediram recurso. Em relação ao valor, foram repassados
226 R\$ 9.188.100,00. O Secretário Daniel complementa, informando que o estado disponibilizou R\$
227 60 milhões pois havia uma expectativa de atender 43 mil famílias. Quando iniciaram o
228 programa, validaram os cartões do CadÚnico, começando com 40 mil beneficiários, e o Inciso II
229 havia a expectativa de 15 mil desempregados. Quando começaram a realizar os cruzamentos
230 de dados de órgãos como a CGE, o Tribunal de Contas, a Polícia Civil, INSS, muitos usuários
231 acabaram sendo excluídos. Com todos os cruzamentos chegaram ao número de 7692 do
232 Inciso I e 2679 do Inciso II. Lembra que até o dia 30 de setembro, aqueles que se enquadravam
233 no Inciso II podem fazer o seu cadastro. Diz que isto gerou uma frustração para a Secretaria,
234 pois queriam atender o maior número de famílias, mas também conseguiram enxergar que o
235 cenário em Santa Catarina não era tão ruim quanto poderia ser, pois estas famílias não
236 contempladas estavam contempladas em outros programas. Em relação ao crédito restante,
237 informa que o Secretário Claudinei tratou do assunto com o Secretário da Fazenda, mas que
238 ainda não há um posicionamento em relação aos recursos. Não sabem se o governo terá a
239 intenção de recriá-lo, ampliar o leque de beneficiários, ou ampliar o valor. Diz que a luta sua e
240 do Secretário Claudinei é para que esse recurso fique para os municípios ampliarem o seu
241 serviço na ponta, mas não podem garantir pois esta decisão é da Fazenda e do Governo do
242 Estado. Diz que sabem que é um pleito do Coegemas, e também da SDS, onde sempre foi
243 uma luta conquistar mais recursos. A Secretária Maria Cláudia diz que na reunião do
244 Coegemas dividiram esse tema em duas questões. A primeira, a respeito do orçamento, de
245 acordo com o pactuado em CIB, seria para o FEAS. Como a pactuação a respeito do
246 financiamento do FEAS é feita em CIB, caso o recurso saia do FEAS, terá de passar pela CIB
247 novamente. O Secretário Daniel afirma que era uma expectativa de valores que o recurso não
248 veio integral para o FEAS. A Secretária Maria Cláudia expõe a proposta do Coegemas, de que
249 este recurso seja repassado ainda este ano para os municípios, como recurso extraordinário,
250 em razão da COVID-19. Cita que não há ainda piso para a assistência social no Estado, a
251 exemplo da educação. Propõe que seja repactuado em outubro, se possível no dia 15, em CIB
252 extraordinária, por via de Resolução, para que haja repasse em novembro e consigam pagar as
253 contas do ano. O pleito é que o recurso que está em caixa seja garantido e repassado. O
254 Secretário Daniel afirma que a proposta é uma vontade dele e do Secretário Claudinei também,
255 e relembra o cofinanciamento de 50 milhões, uma luta difícil, pois historicamente não eram 50

256 milhões, e lutam para que se mantenha o valor ou aumente. Informa que serão construídos 08
257 CRAS e conveniados já nos próximos dias, que desde 2015 aguardam pelo financiamento do
258 BNDS, do Pacto Por Santa Catarina. Informa que fizeram reunião com o Secretário Paulo Eli,
259 da Secretaria da Fazenda, e que este ficou de dar um posicionamento sobre os novos CRAS.
260 Aponta que dentro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social há também a pasta de
261 Habitação, e há o desejo do governo de estado em reestruturar novamente programa de
262 habitação, mas que é necessário ter recurso. Informa que o programa de habitação está bem
263 adiantado, poderiam ter feito o lançamento na semana anterior, mas houve divergência no
264 grupo gestor em relação a modelagem, mas está sendo finalizado. Há vontade de aporte de
265 recurso por parte do Estado nesta área (habitação) e na Assistência Social. Diz que não
266 consegue garantir que no dia 15 de outubro dará tempo para definir e pactuar se o recurso
267 ficará no FEAS para distribuir para os municípios de forma excepcional, mas garante que o
268 pedido chegará na mesa do Governador e do Secretário da Fazenda. A Conselheira Sra.
269 Sabrina tenta falar, mas por falhas no som não é ouvida no presencial. O Secretário Daniel
270 informa o nome dos municípios que irão ter o convênio com a SDS SC para a construção dos
271 CRAS: Águas Mornas, Benedito Novo, Galmon, Ibian, Ibicaré, Monte Castelo, Nova Itaberaba e
272 Timbé do Sul. Estes municípios já deveriam ter começado a construção, mas por diferentes
273 motivos não começaram, e agora mudaram a origem do recurso para tornar isto possível. A
274 Sra. Sabrina, diz que em relação ao recurso do FEAS, é inviável pactuar o recurso em outubro,
275 devido ao passo a passo que deve ser seguido. Até dia 30 de setembro a população pode
276 solicitar o benefício do SC Mais Renda, a previsão é de ser pago a primeira parcela em meados
277 de outubro, então ainda não é possível saber qual recurso estará disponível, ainda há usuários
278 que solicitaram recurso para o SC mais renda e que devem ser avaliados pela equipe técnica
279 da SDS SC. O Secretário Jean afirma que na região serrana há 18 municípios e a grande
280 maioria com índice de IDH baixíssimo e que há CRAS funcionando dentro de clubes na cidade
281 ou puxadinho e pleiteia os equipamentos. O Secretário Daniel apresenta o programa Gente
282 Catarina lançado em Urupema e estabelecido em cinco municípios do Estado, para dar atenção
283 aos 50 municípios com menor IDH de Santa Catarina. Repassa que o programa habitacional
284 não foi lançado porque o governador determinou que os municípios primeiros a receber as
285 casas devem ser estes do IDH mais baixo, e acredita que os novos CRAS a serem
286 contemplados podem ter como prioridade estes municípios também. Informa que há uma lista
287 de 40 municípios que encaminharam a documentação e estão aptos a receber, mas a lista não
288 está fechada e não sabem ainda o critério. Informa que os municípios encaminhem, via Ofício,
289 solicitação para implantação de CRAS, com estudos de terreno. Repassa que o trâmite do
290 projeto ocorre na Secretaria de Infraestrutura. A Secretária Maria Cláudia se mostra
291 preocupada com o esvaziamento e sugere que, em relação a operacionalização do SC Mais
292 Renda, o Coegemas envie por escrito suas questões ao Secretário. **Parecer do benefícios**
293 **eventuais para cofinanciamento estadual.** Sra. Luciane abre a pauta resgatando a
294 determinação do CEAS em receber os pareceres em relação às leis municipais. Informa que as
295 técnicas responsáveis estão atendendo os municípios que entram em contato. O prazo
296 solicitado pelo Coegemas foi 31/12, precisam continuar a orientação aos municípios até esta
297 data. Ressalta o papel do Estado e dos municípios, além da intenção do CEAS ser de que os
298 municípios tenham suas legislações de acordo, que os conselhos municipais de assistência
299 social não sejam efetivos. A Secretária Maria Cláudia informa que no primeiro momento
300 entenderam que dia 31/12 seria possível, mas estão com dificuldades nas adequações. Traz o
301 artigo da Resolução do CEAS que cita o valor do Benefício Natalidade de um salário mínimo. O
302 Coegemas entende que existe uma irregularidade em que o Estado determine o valor, deve ser
303 apenas uma recomendação. Acrescenta que o retorno do parecer indica somente que não está
304 adequado, sem informar qual parte não está adequada. Diz que alguns Conselhos funcionam e
305 conseguem analisar a lei, outros não, e tem parecer favorável mesmo sem ter lei. Solicita a
306 reconsideração de prazo e um Plano Estratégico para dar suporte aos municípios, talvez

307 encaminhar um modelo adequado para leis municipais e considerar o tempo de tramitação.
308 Sra. Sabrina diz que cabe a CIB e ao Coegemas encaminhar esta matéria de pauta para o
309 CEAS, para ser analisada pela Comissão de Benefícios Eventuais. Informa que o modelo de
310 legislação foi disponibilizado para os municípios em 2017. Encaminhamento: Coegemas irá
311 enviar a demanda por escrito ao CEAS. Sra. Luciane informa que a cada dia o tempo para
312 análise muda, e em relação ao prazo para o parecer, sugere que se mantenha 31/12. Sra.
313 Renata indica que foi feito pelo GFEAS um modelo de parecer, que está sendo feita orientação
314 aos municípios pela equipe estadual e que a maioria dos municípios estão com os pareceres
315 prontos para serem enviados. Ressalta que o prazo foi pactuado em CIB. Renata pondera que
316 não se pode ultrapassar o prazo pois entrará em outro ano de pactuação. Sra. Luciane destaca
317 necessitar da opinião técnica e opta pela continuidade do prazo. Sra. Luciane elucida que
318 desde o ano de 2014 o Estado não repassava para benefícios eventuais aos municípios, em
319 2020, devido a pandemia, repassou. Diz que com a urgência gerada pela pandemia não
320 verificaram todas as leis e destaca que esta é uma obrigação dos Conselhos Municipais. Diz
321 que, enquanto técnica, entende que devem ter todas as leis ajustadas para poder acontecer o
322 repasse. É questionado o que significa “aguardando retorno de análise” e a Sra. Renata explica
323 que nestes casos já entraram em contato com os municípios e estes estão fazendo as
324 correções, pois muitos colocaram que estavam de acordo com a resolução nacional, mas não
325 citaram a estadual. A Secretária Municipal de Assistência Social de Blumenau, Patrícia, aponta
326 que consideraram um equívoco do CEAS definir como obrigação o pagamento de um salário
327 mínimo para benefício eventual de auxílio natalidade, quando deve ser apenas uma orientação,
328 pois a orientação nacional é de autonomia dos municípios. Sra. Luciane reforça que será
329 enviado pelo Coegemas as solicitações por escrito ao CEAS, para discussão. A Secretária
330 Maria Cláudia coloca o Coegemas a disposição para participar de uma reunião com a
331 Comissão de Benefícios Eventuais. **Grupos Reflexivos sobre os homens autores de**
332 **violência.** A Secretária Maria Cláudia informa que irão pautar as informações do Grupo
333 Reflexivo no dia 15/10 pela manhã, com relatos de experiências, e convida a SDS para
334 participar para que se tenha uma posição de estado e municípios em relação a
335 intersetorialidade e as atribuições de cada política. **CapacitaSUAS.** Sra. Luciane abre a pauta
336 informando que a última execução do Estado do CapacitaSUAS foi em 2017, nos outros anos o
337 processo foi impugnado, na pandemia tiveram a possibilidade de executar EaD. A Secretária
338 Maria Cláudia solicita que Sra. Luciane envie o informe do CapacitaSUAS por escrito. O
339 Secretário Daniel informa que em relação ao CapacitaSUAS, houveram problemas, mas ha
340 uma determinação da Secretaria de deflagrar o processo licitatório, para até dezembro estarem
341 com empresa contratada para iniciar a capacitação. **Pisos dos Serviços**
342 **Socioassistenciais:** Sra. Luciane informa que o GFEAS está elaborando os estudos dos
343 pisos. Secretária Maria Cláudia solicita que seja publicado o estudo de custos dos
344 equipamentos até a próxima CIB AS SC. Sra. Luciana diz que o levantamento da média foi
345 feito, irão apresentar aos gestores e verificar a possibilidade de publicação. **Informes.**
346 Secretária Maria Cláudia informa que estão finalizando os encontros das Câmaras Técnicas por
347 todo o estado, convida a todos das regiões para estarem presentes ou acompanhar online,
348 ressalta a importância do momento de estar próximo aos municípios, que escolhem o tema a
349 ser debatido, fazem a discussão da política de assistência social do estado e do Brasil. Aponta
350 que estão preparando material para esta reunião descobriram que o Estado recebeu 1.5 milhão
351 para imigrantes. Questiona se há recursos financeiros para receber no Programa para
352 imigrantes. O Secretário Daniel informa que entrou em contato com Daniel Iorio, da Proteção
353 Especial do Ministério da Cidadania, que explicou que essas ações socioassistenciais ao
354 contingente de imigrantes venezuelanos é um recurso destinado aos municípios que tenham 50
355 integrantes ou mais que fazem a solicitação ao Ministério da Cidadania. Recebem parcelas de
356 R\$ 400 per capita/mês. Isto está dentro da Proteção de Calamidades Emergenciais, Portaria nº
357 90 e Portaria nº 369. Informa que o estado não recebeu nenhum valor, o repasse é direto para

358 os municípios, e que Daniel Olorio se colocou à disposição para tirar dúvidas. Informa que
359 marcaram uma agenda, dia 29/9, em Brasília, na Polícia Federal, para tratar da demanda da
360 imigração. Diz que fará contato com o Secretário Daniel Iorio para incluir uma visita a
361 Secretaria Nacional neste dia. Sra. Janice destaca o atraso de 1h no início da reunião, aponta
362 que tem sentido as reuniões da CIB acontecerem de forma atropelada e sem a presença do
363 Secretário de Estado. Registra que devemos ter mais cuidado e não atropelar as pautas, como
364 o CapacitaSUAS, solicita informação sobre a Portaria nº 618. Pede que até dezembro sejam
365 priorizadas pautas pendentes desde o início do ano, com retorno a respeito dos pisos e da
366 regionalização, e não se coloque pautas novas. Sra. Luciane informa que algumas das pautas
367 não são apenas de ordem técnica, mas de decisão de gestão e que, em relação a Portaria nº
368 618, não obtiveram retorno do Ministério da Cidadania e a Diretoria de Segurança Alimentar
369 também não sabe informar. **Encerramento.** O Secretário Jean Pierre agradece a presença de
370 todos, salienta a importância de uma reunião presencial, reconhece e agradece os
371 encaminhamentos tirados. Secretário Daniel agradece a participação de todos(as), informa que
372 o Estado está trabalhando para cada vez mais estar próximo dos municípios e pela qualidade
373 da política de Assistência Social no Estado. Nada mais havendo a tratar, eu Máira Ribeiro Melo
374 – Secretária Executiva da CIB AS SC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos
375 arquivos da Secretaria Executiva da CIB AS SC.